

RECLAMAÇÃO Nº 39.327 - MG (2019/0346058-2)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECLAMANTE : **PETER MARCIO BONCOMPAGNI**
ADVOGADO : **GUILHERME HENRIQUE FERREIRA HISSA - MG160113**
RECLAMADO : **TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
INTERES. : **VANDER MARTINS DA COSTA**

DECISÃO

1. Trata-se de reclamação, ajuizada contra acórdão oriundo da TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

É o breve relatório.

2. A presente reclamação não merece ser conhecida.

Com efeito, após deliberações ocorridas na sessão de julgamento de 6 de abril de 2016 na Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, na Questão de Ordem suscitada no AgRg na Rcl n. 18.506, foi publicada, em 8 de abril de 2016, a Resolução STJ/GP n. 3, de 7 de abril de 2016, que dispõe sobre a competência para processar e julgar as reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual ou do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Na referida Resolução, ficou definido que:

Art. 1º Caberá às Câmaras Reunidas ou à Seção Especializada dos Tribunais de Justiça a competência para processar e julgar as Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância de precedentes (grifou-se).

Esclareço que a referida Resolução entrou em vigor na data de sua publicação - dia 8 de abril de 2016 - com a ressalva, no artigo 3º, de não aplicação quanto às reclamações já distribuídas antes da data mencionada, pendentes de análise no Superior Tribunal de Justiça, o que não é o caso dos autos.

Assim, foi revogada a Resolução n. 12/2009 do STJ para os processos distribuídos a partir de 08 de abril de 2016.

No caso, a reclamação foi recebida e distribuída no dia 18/11/2019, quando já em vigor a Resolução STJ n. 03, de 07 de abril de 2016, o que leva ao não conhecimento do presente feito.

Superior Tribunal de Justiça

3. Ante o exposto, com base no art. 932, inciso III, do NCPC c/c o art. 34, XVIII, do RISTJ, não conheço da presente reclamação. Prejudicado o pedido de liminar.

Remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator